

## CARTA ABERTA

Os trabalhadores da rede estadual de ensino do Estado de Rondônia, vem por meio desta expressar aos governantes, sociedade civil, pais, alunos (as) a indignação diante das políticas do atual Governo que, durante os dois mandatos consecutivos, não atentou à valorização e não houve o cumprimento do **Plano Estadual de Educação, Lei 3.565/2015 - META 17.**

A política educacional que se vive é fruto do descaso de maus governantes. Historicamente a educação não tem sido prioridade de governo. Não houve um plano eficaz de valorização da educação. Educar é dar poder ao povo, consciente de seus direitos e deveres. Poder esse que certamente será utilizado para expurgar **interesses individuais que corroem este ESTADO e conseqüentemente o país.**

A greve tem sido a única opção para fazer frente ao desmando e descaso das autoridades governamentais. Os salários abaixo do piso nacional é apenas uma demonstração do “descaso com a educação”. Quando os trabalhadores em educação decidem lutar é por muito mais que salários; é pelo futuro dos jovens e por valorização dos profissionais de educação.

Tabelas dos salários dos profissionais em educação em alguns estados do Brasil e de **Rondônia:**

### Professores - 40 horas semanais – Início de carreira

ESTADO	PROF. ENSINO MÉDIO	PROF. LIC. CURTA	PROF. LIC. PLENA
Mato Grosso do Sul	3.593,48	5.390,22	5.749,57
Maranhão			4.652,84
Mato Grosso	3.381,55	3.719,75	4.057,97
São Paulo			3.653,72
Goiás			3.339,26
Minas Gerais			3.304,24
Santa Catarina	2.397,00	2.487,13	2.577,00
<b>Rondônia</b>	<b>1.451,18</b>	<b>1.451,18</b>	<b>1.904,78</b>

### Técnicos educacionais em Rondônia:

CARGO	Ref. 01
Técnico Educ. Nível I	869,83
Técnico Educ. Nível II	1.104,74

A categoria é alvo de uma política remuneratória que amarga baixos salários e com uma carreira sem compensações. Após 25 anos de trabalho, o salário se equipara ao início de carreira e exercício.

O Governo de Rondônia não tem cumprido o Piso Nacional no vencimento básico e não oferece condições de trabalho. O aumento do número de aulas semanais, de 27 para 32, condicionadas à gratificação, representa uma política educacional opressora do governo. Ressalta-se que esses “benefícios” são concedidos para quem está em efetivo exercício, é uma política excludente. Aposentados, readaptados, licenciados e por outros motivos não o recebem.

Além disso, o governo implantou diversos projetos alheios à realidade do Estado, com gastos elevados e resultados mínimos.

Apesar de todas as medidas do governo para desencorajar, ainda há luta.

Espera-se que o governo atenda às reivindicações dos trabalhadores em educação e faça cumprir a lei, com medidas concretas de valorização profissional – carreira e salário – e para a melhoria da infraestrutura das escolas.

Educar significa criar espaço para um povo com poder de reflexão e crítica, liberto das amarras midiáticas, sendo que um povo educado não se submete a qualquer governo e desgoverno. Valorizar os educadores é valorizar o povo e a educação a ele destinada.